



Fernão Lopes

Uma recolha bibliográfica

Apoio curricular à disciplina de Português do Ensino Secundário

Fernão Lopes | uma recolha bibliográfica

Apoio curricular à disciplina de Português do Ensino Secundário

Ficha técnica

Seleção local: Madalena Toscano

Seleção web: Isabel Bernardo

Desenho gráfico: Isabel Bernardo

Paginação: Conceição Sacarrão e Fernanda Cravo

Edição: Biblioteca Escolar Clara Póvoa

Agrupamento de Escolas Lima-de-Faria, Cantanhede
2015

Fernão Lopes. Uma Recolha bibliográfica by Biblioteca Escolar Clara Póvoa is licensed under a Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional License.

Organizadas por temas relacionados com o programa da disciplina de Português, as *Listas bibliográficas de apoio à disciplina de Português do Ensino Secundário* apresentam dois tipos de recurso:

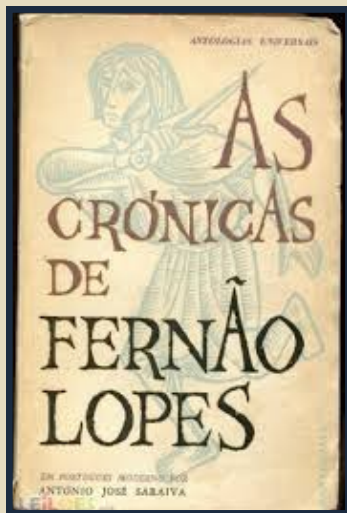
- documentos livro, áudio e vídeo disponíveis na Biblioteca Escolar Clara Póvoa para consulta presencial ou requisição domiciliária
- fontes eletrónicas *online*.

Por sua vez, as fontes selecionadas, organizam-se de acordo com a seguinte estrutura:

- dos autores (fontes primárias)
- sobre os autores (fontes secundárias)
- contextos (sobre a época histórica — formação e ficção).

À medida que o fundo documental da BECP se for enriquecendo, estas listas bibliográficas podem ser atualizadas.

Boas pesquisas!



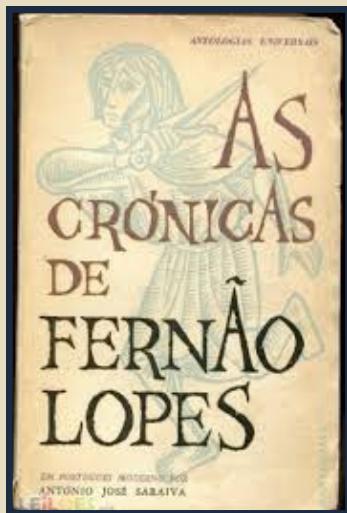
Clique na imagem para aceder ao recurso

Os textos

Crónicas digitalizadas pela **Biblioteca Nacional de Portugal** e disponibilizadas em cópia pública, em versão digital.

“Grande licença deu a afeição a muitos que tiveram cárrego d'ordenar estorias, moormente dos senhores em cuja mercee e terra viviam e u foram nados seus antigos avoos, seendo-lhe muito favorávees no recontamento de seus feitos; e tal favoreza como esta nace de mundanal afeição, a qual nom é salvo conformidade dalgũa cousa ao entendimento do homem. Assi que a terra em que os homeés per longo costume e tempo foram criados geera ùa tal eonformidade antre o seu entendimento e ela que, avendo de julgar algũa sua cousa, assim em louvor como per contrairo, nunca per eles é dereitamente recontada; porque, louvando-a, dizem sempre mais daquelo que é; e, se doutro modo, nom escrevem suas perdas tam mingudadamente como aconteçom.”

Lopes, F. (s/d). *Crónica de El-Rei D. João I*. Disponível em <http://purl.pt/index/Geral/aut/PT/39569.html>



Clique na imagem para aceder ao recurso

Excertos das crónicas de Fernão Lopes, disponibilizadas pelo Projeto Vercial.

“Grande licença deu a afeiçom a muitos que tiveram cárrego d'ordenar estorias, moormente dos senhores em cuja mercee e terra viviam e u foram nados seus antigos avoos, seendo-lhe muito favorávees no recontamento de seus feitos; e tal favoreza como esta nace de mundanal afeiçom, a qual nom é salvo conformidade dalgũa cousa ao entendimento do homem. Assi que a terra em que os homeés per longo costume e tempo foram criados geera ùa tal eonformidade antre o seu entendimento e ela que, avendo de julgar algũa sua cousa, assim em louvor como per contrairo, nunca per eles é dereitamente recontada; porque, louvando-a, dizem sempre mais daquelo que é; e, se doutro modo, nom escrevem suas perdas tam mingudadamente como acontecem.”

Lopes, F. (s/d). Crónica de El-Rei D. João I [excerto]. *Projeto Vercial*. Disponível em <http://alfarrabio.di.uminho.pt/vercial/lopes.htm>

Os textos



Cota: 821.134.3-94 LOP

“Grande licença deu a afeição a muitos que tiveram carregado d’ordenar estórias, moormente dos senhores em cuja mercee e terra viviam e u foram nados seus antigos avoos, sendo-lhe muito favoráveis no recontamento de seus feitos; e tal favoreza como esta nace de mundanal afeição, a qual nom é salvo conformidade dalgũa cousa ao entendimento do homem. Assi que a terra em que os homeões per longo costume e tempo foram criados geera ua tal conformidade antre o seu e entendimento e ela que, avendo de julgar algua sua cousa, assi em louvor como per contrairo, nunca per eles é dereitamente recontada; porque, louvando-a, dizem sempre mais daquelo que é; e, se doutro modo, nom escrevem suas perdas tam mingudadamente como acontecerom.” (...).

Esta mundanal afeição fez a alguũs estoriadores que os feitos de Castela com os de Portugal escreverom, posto que homeões de boa autoridade fossem, desviar da direita estrada e correr per...”

Lopes, F. (1967). *Crônica de D. João I* (11.ª ed.). Lisboa: Seara Nova.



Cota: 821.134.3-94 LOP

“Pois deste Rei achamos escripto que era muito amado de seu poboo, por os manter em dereito, e justiça, desi boa governança que em seu Reino tiinha: bem he que digamos de cada cousa huum pouco por verdes parte dos modos antigos. Na hordenaça de todollos desembargos tiinha elRei esta maneira: Quantas pitições lhe a elle davom, hiam a mão de Gonçallo Vaasquez de Gooes scripvam da puridade, e elle as dava a huum escipvam qual lhe prazia, o qual tiinha encarrego de as repartir, e dar cada humas aos desembargadores a que pertenciam, e as petições que erom desembargos de comum curso, aquelles per que aviam de passar, mandavam logo fazer as cartas a seus escriptvaa-ens de guisa que naquel dia ou no outro seguinte eram as partes desembargadas, e o escriptvam que o assi nom fazia, perdia a merçee delRei por ello. As outras pitições que eram de graça e merçee que perteeçiam a sua fazenda, faziaas poer huum dos vedores em ementa a seu escriptvam, e este escriptvia per sua mão as pitições que assi levava, cujas eram...”

Lopes, F. (1986). *Crónica do Senhor Rei Dom Pedro oitavo rei destes regnos*. Porto: Civilização.

Os textos

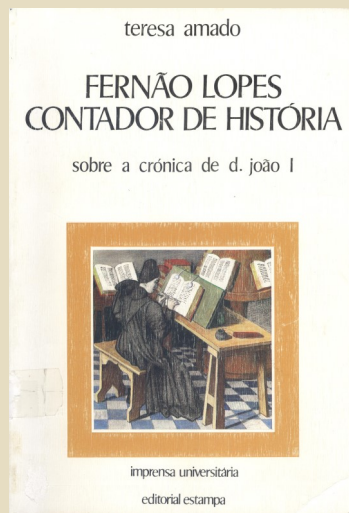


Cota: 821.134.3-94 LOP

Os textos

“Reinou ho Iffante Dom Fernando, primogenito filho delRei Dom Pedro, depois de sua morte, avendo emtom de sua hidade vijnte e dous anos e sete meses e dezoito dias: manço-bo vallemte, ledto, e namorado, amador de molheres, e ache-gador a ellas. Avia bem composto corpo e de razoada altura, fremoso em parecer e muito vistoso; tal que estando acerca de muitos homens, posto que conhecido nom fosse, logo o julgariam por Rei dos outros. Foi gram criador de fidalgos, e muito companheiro com eles; e era tam amavioso de todollos que com elle viviam, que nom chorava menos por huum seu escudeiro quando morria, como se fosse seu filho. De ne-nhuum a que bem quisesse podia crer mal que lhe delle fosse dito, mas amava el e todas suas cousas muito de vontade. Era cavallgamte, e torneador, grande justador, e lamçador atavol-lado. Era mujto braçoero, que nom achava homem que o mais fosse; cortava mujto com huuma espada, e remessava bem a cavallo. Amava justiça, e era prestador, e graado mujto liberal a todos, e grande agasalhador dos estrangeiros. Fez mujtas doações de terras aos fidalgos de seu reino, tantas e mujtas mais que nenhuum Rei que antelle fosse. Amou muito seu po-boo, e trabalhava de o bem reger...”

Lopes, F. (s/d). *Crônica do Senhor Rei Dom Fernando nono rei destes regnos*. Porto: Civilização.



Cota: 80 AMA

“A revolta de Lisboa é tratada por Fernão Lopes com os cuidados da investigação histórica. Provam-no os muitos documentos usados, a preocupação de nomear as personagens com correcção, as datas e indicações de locais que fornece, a maneira como, em suma, procura se completo e verídico nas informações cujo rigor é mensurável. É emotivo quando pode sê-lo., mas não se trata de uma simples projecção (que estaria, essa sim, inquinada de uma emotividade incontrollável) no passado de um presente traumatizante. A aparente repetição de alguns factos e situações não deve minimizar as diferenças objectivas nem a capacidade de discernimento que é de supor no historiador e intérprete que relata os acontecimentos. A História repete-se ou não consoante o espectro dos aspetos apreciados, contanto que não haja uma intenção preconcebida de a fazer repetir-se. Não estou com isto a negar que a observação das cenas de sublevação popular em Lisboa tenha proporcionado referências interpretativas...”

Amado, T. (1991). *Fernão Lopes contador de história: sobre a crónica de D. João I*
Lisboa: Editorial Estampa.

Sobre os textos

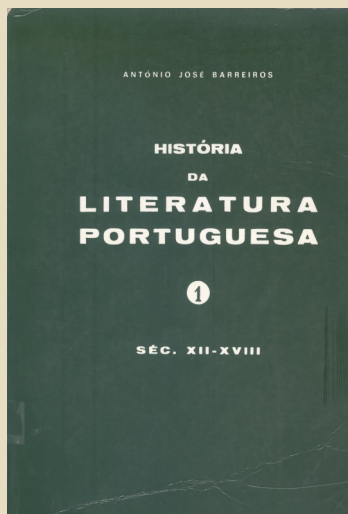


Cota: 821.134.3-94 COR

Os textos

“Ali se reuniram então, em cortes, muitos dos senhores e grandes do reino, bispos e dons abades, doutores, letrados e procuradores de muitas cidades e vilas do reino. E sabereis que entre todos estes homens havia grande divisão de opiniões. Todo o povo miúdo do reino e os seus representantes ali juntos, diziam e bradavam que sem mais demora nem contradição fizessem rei ao mestre de Avis. Alguns dos grandes e letrados, à frente dos primeiros Nun’Álvares, e dos segundos João das Regras, eram do mesmo parecer, que defendiam como de justo direito e com boas razões. Mas outros queriam fazer rei a D. João, filho de El-Rei D. Pedro e D. Inês de Castro. E entre os grandes fidalgos, que mais contrariavam o partido do Mestre, eram Vasco da Cunha, seu filho, e outros seus aliados, quase contra os do outro partido. Finalmente quis Deus alumiar com sua graça a João das Regras e aos que estavam pelo Mestre, de sorte que ele foi recebido como Rei e lhe fizeram, como cumpria, seus preitos e mensagens. E eram tantos já então os merecimentos e a fama de Nun’ Álvares que logo o Rei o fez seu condestável...”

Cortesão, J. (adapt.) (1972). *Crónica do condestável de Portugal D. Nuno Álvares Pereira*. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora.



Cota: 80(09) BAR

Sobre os textos

“Começa por dizer que todos os homens ganham extraordinária afeição à terra onde nasceram e onde vivem e que, por via disso, quando contam alguma coisa a seu respeito, nunca exprimem a verdade nua e crua: o bem exageram-no e o mal ocultam-no ou atenuam-no. Foi o que aconteceu – prossegue – aos que escreveram os feitos de Portugal e Espanha, sobretudo os referentes ao rei da Boa Memória e ao seu homónimo de Castela.

Fernão Lopes alveja aqui implicitamente Lopez de Ayala, que se referiu ao nosso D. João I «pondo parte dos seus bõos feitos fora do louvor que mereciam» e contando outros como não se deram na realidade. Tudo isto por exagerado amor pátrio. (...).

A história, segundo acabámos de ver, deve expor a verdade sem outra «mestura»: ao relatar os acontecimentos bons, deve omitir «todo fingido louvor», e «nuamente mostrar ao poboo» os factos desagradáveis.(...).”

Barreiros, A. J. (1992). *História da literatura portuguesa* (15.^a ed., Vol. 1). Mem Martins: Bezerra Editora.



Cota: 821.134.3-311.6 BES

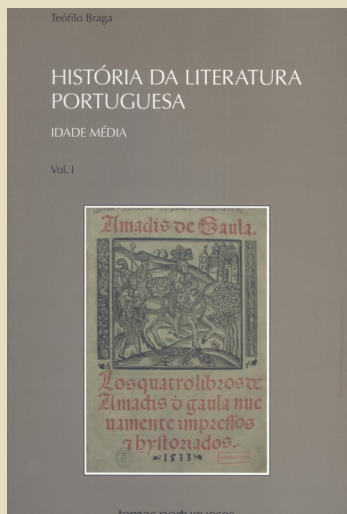
Sobre os textos

“Um dos melhores romancistas que enveredou pelos caminhos labirínticos da História foi Fernão Lopes. Não é um mero anotador de factos ou um conversador com o passado; ou, melhor ainda, um vassalo da pena e do tinteiro, sempre com o dedo tingido de tinta e algum borrão no punho da camisa. É um escritor nato, conhecedor da palavra, tangedor de argumentos e de coisas pensadas. (...).

Mas não se esquece Fernão Lopes de dar à narrativa um tom teatral, como se visse no espaço títeres e não gente viva e de corte. O modo como apresenta Leonor Telles não é o de quem aborrece as mulheres, mas de quem esconde o desejo por as ter e amar. «Louçã e aposta e de bom corpo», é como ele a descreve, dando a D. Fernando desculpa de a olhar tão afincadamente. (...)

Quando Óscar Lopes diz que Fernão Lopes «excede a craveira de um cronista à maneira medieval», está a entrar diretamente...”

Bessa-Luís, A. (2006). *Fama e segredo: na história de Portugal*. Lisboa: Guerra e Paz.

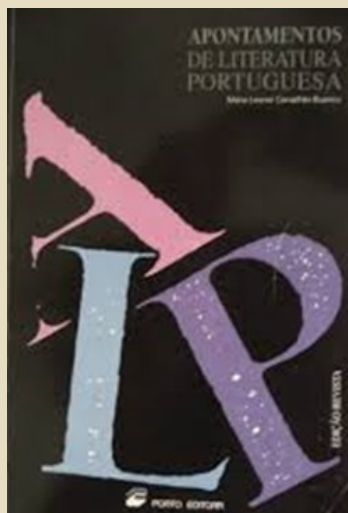


Cota: 80 BRA

“1.º Fernão Lopes - é o verdadeiro fundador da História de Portugal; para ele o narrar os factos e julgá-los é como achar-se investido da missão grave e conscienciosa de proferir uma sentença perante a posteridade; assim, tendo de referir um ato indigno do rei D. Pedro I, declara: «O fruto principal da alma he a verdade, e ella hade ser clara e non fingida, mórmente nos Reis e senhores. [...] e posto que escrito achamos d’ El-Rey de Portugal que a toda a gente era manteedor da verdade, nossa tençon he nom o louvar mais; pois contra seu juramento foi consentidor em tam fea cousa como esta.» Refere-se à troca dos castelhanos refugiados em Portugal pelos assassinos de D. Inês de Castro. Era este sentimento da verdade que o diria na sua investigação com uma incansável atividade, esgotando todas as fontes de consulta; diz-nos ele no começo da Crónica de D. João I. que: «com cuidado e diligência vira grandes volumes de livros e desvairadas linguagens e terras...».

Braga, T. (2005). *História da literatura portuguesa: (recapitulação): Idade Média* (3.ª ed., Vol. 1). Lisboa: Imprensa Nacional da Casa da Moeda.

Sobre os textos



Cota: 80 BUE

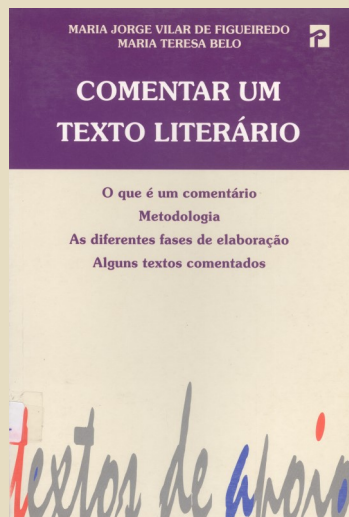
“Este historiador é, pois, o intérprete fiel do momento em que Portugal atinge a idade adulta e se constitui como nação consciente da sua independência política; compreendeu perfeitamente o significado dos acontecimentos que envolveram essa tomada de consciência e, por essa razão, institui, na sua Crónica de D. João I, como agente da ação o próprio Povo não entendido apenas como o «terceiro estado», mas como o conjunto de cidadãos envolvidos num projeto comum de autonomia política.(...)”

A focalização ou ponto de vista do narrador aparece no texto, quer sob a forma de heterodiegeese (narrador exterior à narração), quer sob a forma de homodiegeese (em que o autor, presente na narração, embora sem participação na ação, se exprime na 1ª pessoa).

A Crónica de D. João I, para além das qualidades enunciadas, revela também o psicólogo, quer na análise das reações individuais (Leonor Teles, o Mestre de Avis, Álvaro Pais)...

Buescu, M. L. C. (1993). *Apontamentos de literatura portuguesa*. Porto: Porto Editora.

Sobre os textos



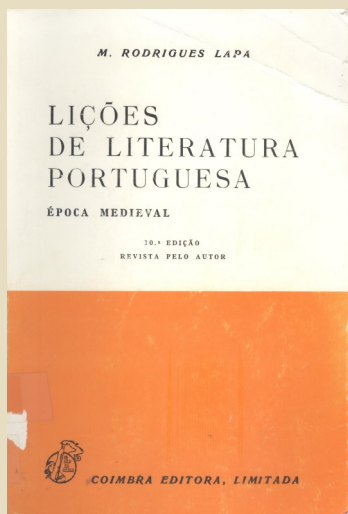
Cota: 80 FIG

Sobre os textos

“Apesar de, no Prólogo da Crónica de D. João I (cujo título original é Crónica delRei dom Joham da boa memoria), o historiador pôr em evidência a sua atitude crítica como cronista, que deseja apenas informar com verdade, parecendo menosprezar o valor literário da sua escrita, não consegue contudo alhear-se da «fremosura e novidade de palavras». E é assim que o historiador, estatuto que não lhe é negado porque busca «na sua obra escrever verdades, sem outra mistura, leixando nos boões aqueeciéntos todo fingido louvor, e nuamente mostrar ao pobbo, quaaes quer contrairas cousas, da guisa que aveherõ», se transforma no «artista da prosa» (Prof. Rodrigues Lapa, Lições de Literatura Portuguesa – Época medieval, Coimbra, 1955).

Pela sua arte em ligar os fios da narrativa, imprimindo-lhe vivacidade e dinamismo, pela minúcia descritiva das personagens e dos lugares, pelo realismo abundante de pormenores...”

Figueiredo, M. J. V., & Belo, M. T. (1999). *Comentar um texto literário*. Lisboa: Presença.



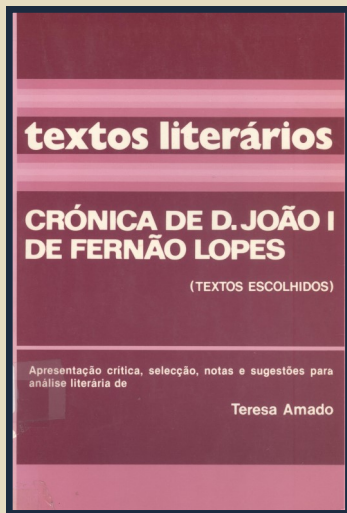
Cota: 80 LAP

“A vida e a obra. – Pouco se conhece da vida de Fernão Lopes; mas esse pouco permite-nos afirmar que a sua vida teria sido extremamente simples. Era lisboeta de origem vilã, segundo se depreende de algumas particularidades conhecidas da sua vida, embora já houvesse quem lançasse a ideia, a que não supomos a menor consistência, de ser o cronista filho do Conde de Miranda, amigo de D. João I (O Comércio do Porto, 15- III- 1931). Seria, sem dúvida, um homónimo, como aconteceu mais tarde com Diogo do Couto.

Ignora-se a data do seu nascimento, mas supôs Braamcamp Freire que fosse pelos anos de 1378 a 1383. Teria aprendido o seu latim no Estudo Geral ou em alguma escola monástica, pois se revela na sua obra um homem culto, conhecedor de Aristóteles, Túlío, Ovídio e de Petrarca, embora não alardeie a sua erudição com o exibicionismo infantil que caracteriza Zurara.”

Sobre os textos

Lapa, M. R. (1981). *Lições de literatura portuguesa: época Medieval* (10.^a ed.). Coimbra: Coimbra Editora.



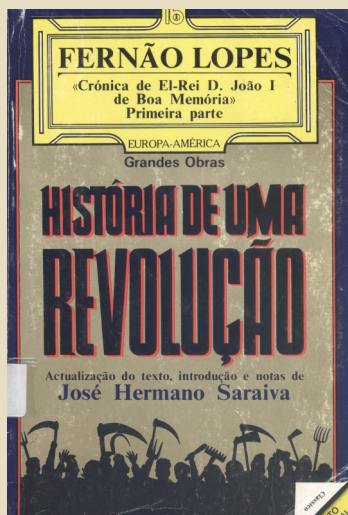
Cota: 80 LOP

“No surpreendente Prólogo da 1.^a Parte da Crónica de D. João I, Fernão Lopes expõe a sua concepção da história, que para ele não deve ser mais nem menos do que a verdade. Esta ideia, que poderia ser simples (e nesse caso também simplista) se a sua afirmação surgisse isolada, revela-se antes profundamente complexa quando examinada à luz das considerações que a acompanham, e que levantam o prolema da manifestação da subjetividade no discurso.

À primeira vista, trata-se de estabelecer um contraste entre as obras dos cronistas anteriores que se deixaram levar pela «afeiçom», e o seu livro, em que escreveu «verdade sem outra mestura», de tal forma que «mais certidom haver nom podemos da conteúda em esta obra». A nítida divisão do texto em duas partes, cujos temas são, respetivamente, aquelas obras e este livro, confirma essa intenção. No entanto, ao discorrer sobre a natureza e as causas do sentimento que conduz à falsidade, Fernão Lopes define-o repetidas vezes como «conformidade», ou seja, acordo, relação de ajustamento, «d’algũa cousa [neste caso, a terra e os parentes] ao entendimento do homem»...

Lopes, F. (1980). *Crónica de D. João I*. Lisboa: Seara Nova Editorial Comunicação.

Sobre os textos

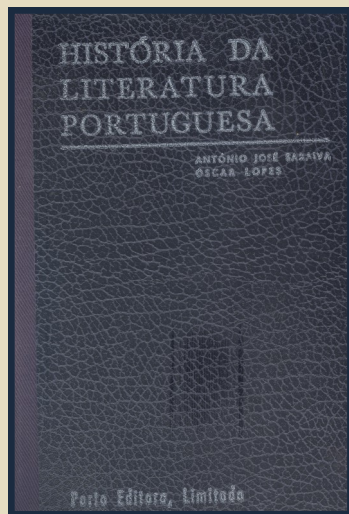


Cota: 821.134.3-94 LOP

“Além de conservador e cronista, de escrivão da puridade (isto é, secretário de confiança) do infante D. Fernando e de escrivão dos Livros de D. João I (título que aparece num documento de 1419, foi tabelião geral, isto é, notário com autoridade para exercer as funções em todo o País. Era um notário importante ao qual o próprio rei recorria. Na procuração que D. João I passou em 1428 ao infante D. Duarte, no Castelo de Estremoz, lê-se este termo de encerramento: «Eu, Fernão Lopes, notário público do dito senhor rei em todo o seu senhorio, fui presente ao outorgamento com as testemunhas em ele nomeadas, desta presente procuração e todas cousas em ela conteúdas, e per meu fiel escrivão suso escrito, a fiz escrever, e aqui meu sinal fiz, que tal é.» Portanto, um notário que outorgava atos tão importantes como uma procuração do rei ao príncipe herdeiro e a fazia escrever por um seu escrivão, apondo-lhe no fim o termo de autenticação. (...)”

Sobre os textos

Saraiva, J. H. (1990). *História de uma revolução: primeira parte da Crónica de El-Rei D. João I de Boa Memória* (2.^a ed.). Mem Martins: Europa-América.



Cota: 80 (09) SAR

“Estas crónicas dos reis de Portugal têm como fundo principal a parte da Crónica Geral de 1344 referente aos respetivos reis; mas o seu redator completou-as com documentos autênticos, tais como inscrições epigráficas e documentos de chancelaria, que decerto encontrou na Torre do Tombo. Entre as fontes mencionadas, conta-se uma crónica de D. Afonso Henriques e versões contraditórias do reinado de D. Sancho II (que, baseados na Crónica Geral de 1344, já sabíamos existirem”).(...)

Fernão Lopes excede a craveira de um cronista à maneira medieval. Se é verdade que parte da sua obra faz a compilação de memórias anteriores, também é verdade que outra parte já resulta de uma investigação original e crítica. Isto representa um grande avanço sobre a historiografia medieval, nomeadamente sobre a francesa, que não passa de uma reportagem baseada em recordações pessoais ou relatos de testemunhas.”

Saraiva, A. J., & Lopes, Ó. (1975). *História da literatura portuguesa* (8.ª ed.). Porto: Porto Editora.

Sobre os textos



Cota: 94(469) AMA

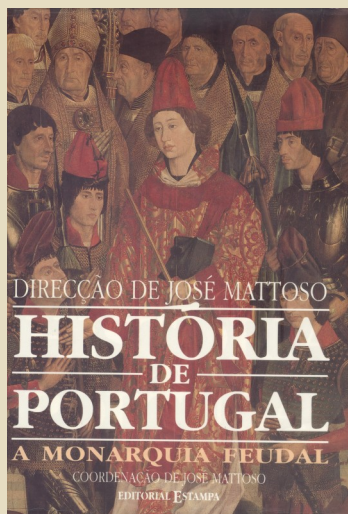
[INFORMATIVO]

Com (Textos)

“Conforme se estabelecia no testamento de D. Fernando, Leonor Teles ficou, a seguir à morte do rei, regente do reino de Portugal. Mas o povo detestava-a. Devido ao seu carácter refalsado, à sua enorme ambição, que não olhava a meios, ao seu escandaloso comportamento. (...)

Em Lisboa, alguns nobres e o povo, orientado por um burguês cheio de prestígio, o velho Álvaro Pais, prepararam o golpe que faria subir ao Trono um rei português: D. João, mestre de Avis, filho bastardo de D. Pedro I, para o qual se olhava com grandes esperanças. A cabeça e alma da revolução foi um jovem fidalgo, D. Nuno Álvares Pereira. O conde de Andeiro, favorito da regente, devido à sua enorme influência, era o primeiro obstáculo a derrubar, para que o governo da nossa terra voltasse a ser português. Por isso o Mestre de Avis foi encarregado pelos companheiros de revolução de matar o fidalgo galego.”

Amado, J. C. (1966). *História de Portugal* (Vol. 1). Lisboa: Verbo.



Cota: 94(469) MAT

[INFORMATIVO]

Com (Textos)

“Em 14 de agosto de 1385, poucos meses após a subida ao trono, D. João I vai enfrentar o momento mais perigoso da vida toda: opor-se em batalha campal ao rei castelhano, que pela segunda vez invadia pessoalmente o País, a fim de fazer valer os seus direitos sucessórios e os parágrafos do Tratado de Salvaterra de Magos. A batalha trava-se perto de Leiria, na aldeia de Aljubarrota. As forças eram muito desiguais, com vantagem para o castelhano. Mas fosse porque o português teve tempo de preparar o campo, fosse porque a tática adotada desconcertou o atacante, fosse porque os Castelhanos subvalorizaram os seus contrários e irromperam sem tino, fosse por tudo isso junto mais o cansaço deles, invasores, versus a frescura e alto moral dos Portugueses – a verdade é que em poucas horas o pleito ficou resolvido. D. João I e o seu condestável obtinham a vitória mais retumbante da história de Portugal. Nessa que continua a ser a batalha-símbolo de todas as batalhas lusíadas – Aljubarrota.”

Mattoso, J. (1993). *História de Portugal: a monarquia feudal (1096-1480)* (Vol. 2). Lisboa: Editorial Estampa.



Clique na imagem para aceder ao recurso

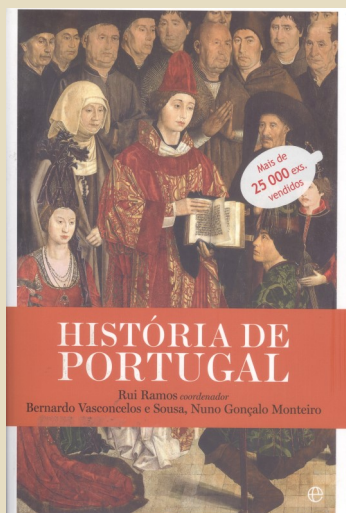
[INFORMATIVO]

Com(7extos)

Sem ele a história de Portugal não seria a mesma. Fernão Lopes, cronista-mor durante mais de 20 anos, relatou acontecimentos extraordinários do século XIV. Muitas das suas crónicas perderam-se no tempo, salvaram-se as de D. Pedro, D. Fernando e D. João I.

Fernão Lopes, escrivão de ofício, aceita em 1434 o cargo de cronista do reino e uma renda de 14.000 reais. Tinha a formação de saber pesquisar documentação, de consultar narrativas, registos, arquivos, atas das cortes. Rigoroso, cruza informação para assegurar a veracidade dos factos. No prólogo da “Crónica de D. João I”, o cronista explica que a sua vontade é “escrever verdade sem outra mistura”.

Rádio Televisão Portuguesa. (2010. *Grandes livros—as crónicas de Fernão Lopes* [Video em linha]. Lisboa: RTP. Disponível em <http://ensina.rtp.pt/artigo/as-cronicas-de-fernao-lopes/>



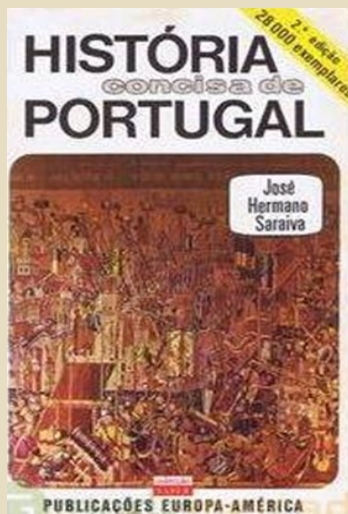
Cota: 94(469) RAM

[INFORMATIVO]

Com (Textos)

“Já no reinado de D. Duarte foi levado a cabo, por iniciativa da Coroa, um vasto empreendimento de natureza historiográfica tendente a construir uma memória régia sobre Portugal. O grande artífice de tal obra foi Fernão Lopes, nomeado em 1434 para o cargo de cronista-mor de reino, nessa altura criado com a missão de escrever as crónicas dos reis portugueses até D. João I. Pelo desempenho, recebia uma tença anual no valor de 14 000 reais. Sabe-se muito pouco ou quase nada sobre a origem familiar ou sobre a formação intelectual do cronista, mas é conhecido o suficiente do seu percurso profissional para se saber que desde cedo fez carreira como alto funcionário do serviço régio, muito antes de ter recebido aquela incumbência. Pelo menos desde 1418, ano em que surge documentado como «guardador das escrituras do Tombo», ou seja do Arquivo Régio, desempenhara funções junto de membros da família real, e em 1419 era mesmo escrivão dos livros de D. João I.”

Ramos, R. (2009). *História de Portugal* (7.ª ed.). Lisboa: A Esfera dos Livros.



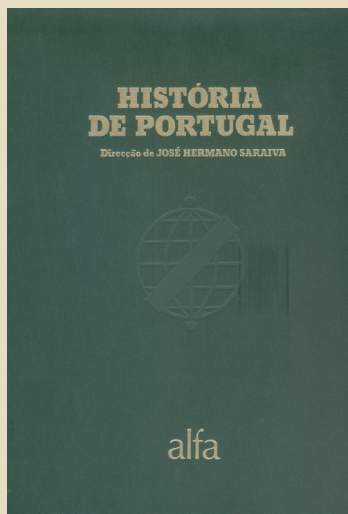
Cota: 94(469) SAR

[INFORMATIVO]

Com (Textos)

“O grande escritor que continua hoje a ser a principal fonte para o estudo desta época, Fernão Lopes, deixou-nos um texto célebre que condensa as transformações sociais registadas com a revolução: segundo os autores que no seu tempo eram consagrados, a história do mundo dividia-se em seis idades, e a sexta seria a última. Mas ele entendia que a revolução portuguesa começara « a sétima idade, na qual se levantou outro mundo novo e nova geração de gentes, porque filhos de homens de tão baixa condição que não cumpre de dizer, por seu bom serviço e trabalho, neste tempo foram feitos cavaleiros, chamando-se logo de novas linhagens e apelidos. Outros se apegaram às antigas fidalguias, de que já não era memória, de guisa que, por dignidades e honras e ofícios do reino em que este senhor, sendo mestre, e depois que foi rei, pôs, montaram tanto ao diante, que seus descendentes hoje em dia se chamam dons, e são tidos em grã conta».”

Saraiva, J. H. (1981). *História concisa de Portugal* (7.^a ed.). Mem Martins: Europa-América.



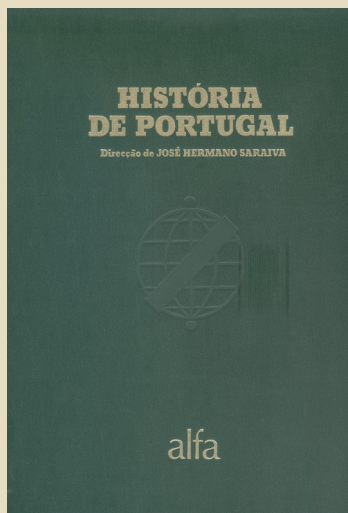
Cota: 94(469) SAR

[INFORMATIVO]

Com (Textos)

“O auto de aclamação de D. João I refere a presença de 11 prelados, 72 nobres (incluindo vários comendadores das ordens, que se tinham pronunciado a favor do Mestre) e 50 representantes dos concelhos. Das grandes famílias, poucas compareceram. As opiniões estavam muito divididas. Fernão Lopes fala em dois bandos (o do Infante D. João e o do Mestre de Avis), mas Ayala refere-se a um terceiro partido: o dos que entendiam que o verdadeiro herdeiro do trono seria um filho de D. Beatriz, depois de atingir os 14 anos, e que, portanto, a questão a resolver era apenas a da regência: quem devia governar o País enquanto não houvesse rei. Devia ser essa a posição dos partidários de Leonor Teles, e a solução que preconizavam seria verosimilmente a de repor em vigor os *trautos* de Salvaterra, aos quais todos estavam vinculados.”

Saraiva, J. H. (1982). *História de Portugal*. Lisboa: Alfa.



Cota: 94(469) SAR

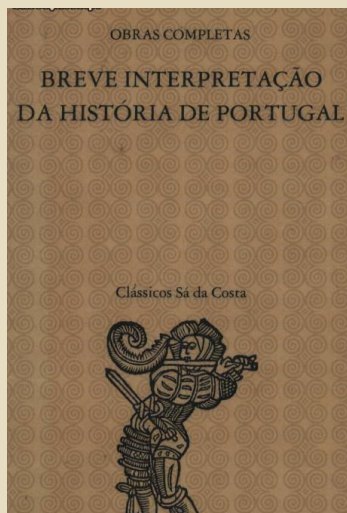
[INFORMATIVO]

Com (Textos)

“A figura de D. Pedro entrou na história de Portugal com o aspeto vigoroso, quase dramático, com que Fernão Lopes o descreveu. A veracidade dessa descrição tem sido posta em dúvida. A Crónica do Rei D. Pedro foi redigida mais de meio século sobre a morte do rei; uma parte do texto baseia-se em documentos escritos, outra em tradições orais que com o tempo se foram ampliando. Cerzindo todos esses vestígios, o genial escritor compôs a sua extraordinária obra de arte. (...).

Ao terminar a sua crónica, escreve Fernão Lopes que, quando o rei morreu, «diziam as gentes que tais dez anos nunca houve em Portugal, como estes que reinara el-rei D. Pedro». A expressão regista o sentimento de uma felicidade antiga e perdida, que perdurou longamente na memória popular, e à qual a figura de D. Pedro servia de símbolo, apesar do papel secundário que desempenhou no conjunto de uma época que cobre um espaço de tempo muito maior que o do seu reinado.”

Saraiva, J. H. (1983). *História de Portugal*. Lisboa: Alfa.



Cota: 94(469) SER

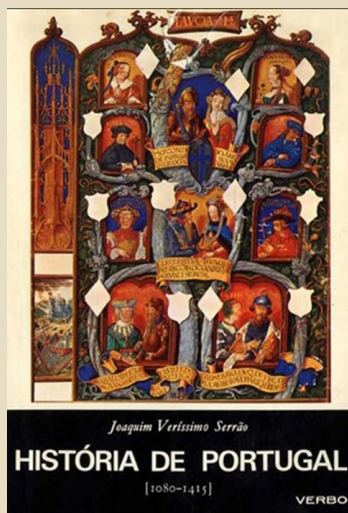
[INFORMATIVO]

Com (Textos)

“ O rei de Castela, pois, tratou de se apossar de Portugal. Leonor Teles, desejosa de continuar rainha, nomeou fronteiros, confiando a zona para o sul do Tejo a D. João, mestre de Avis, que tinha 26 anos e era irmão bastardo do defunto rei.

Nesta crise, a fidalguia decide-se, na maioria, pelo castelhano, ao passo que a burguesia comercial-marítima (Porto, Lisboa) toma o caminho da revolução. Seu chefe em Lisboa era Álvaro Pais, homem maduro, secundado por um moço de 26 anos, Nuno Álvaro Pereira, que unia à fé exaltada do místico uma cauta, ardilosa inteligência de estratégia. Álvaro Pais era padraсто do habilíssimo legista João das Regras, um dos partidários mais úteis da causa revolucionária. Para chefe foi escolhido o mestre de Avis. Este, retrocedendo imediatamente depois da partida para o Alentejo, cuja defesa lhe confiara a rainha, entra no palácio e mata o Andeiro.”

Sérgio, A. (1985). *Breve interpretação da história de Portugal* (13.^a ed.). Lisboa: Sá da Costa.



Cota: 94(469) SER

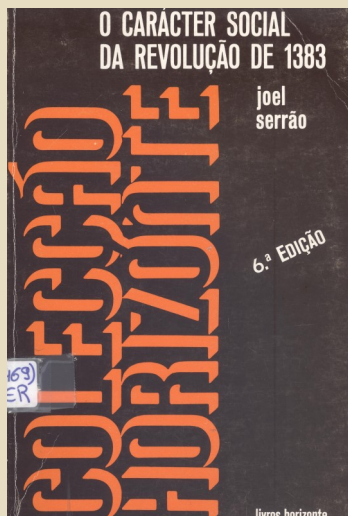
[INFORMATIVO]

Com (Textos)

“A morte de D. Fernando, ocorrida a 22 de outubro de 1383, precipitou os acontecimentos. Procedeu-se em várias terras do País à aclamação de D. Beatriz e de seu marido o que suscitou a maior reacção dos povos., logo tomou o governo D. Leonor Teles, que nos primeiros dias procurou satisfazer os anseios da população na grave crise que assolava o País. Mas a influência que junto dela exercia João Fernandes Andeiro, feito conde de Ourém, não era de molde a criar-lhe qualquer simpatia. Vários nobres pensaram assassinar o favorito, mas o plano só foi avante graças à iniciativa de D. João, filho bastardo de D. Pedro e já então mestre da Ordem de Avis. Desejou a rainha afastar o perigo, nomeando D. João fronteiro do Alentejo, mas este, simulando deixar Lisboa, voltou ao Paço e, juntamente com alguns homens de armas, matou o conde galego.

Dando execução ao plano gizado por Álvaro Pais, «homem honrado de boa fazenda»...”

Serrão, J. V. (1979). *História de Portugal: Estado, pátria e nação*: 1080-1415 (3.ª ed., Vol. 1). Lisboa: Verbo.



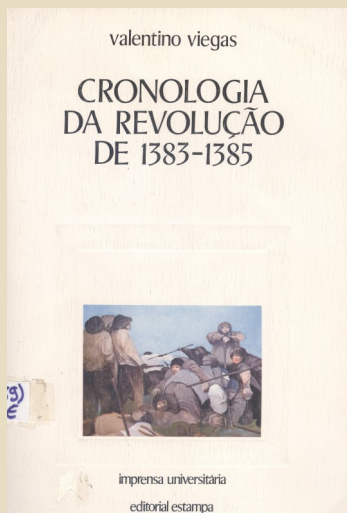
Cota: 94(469) SER

[INFORMATIVO]

Com (Textos)

“O povo miúdo de Lisboa, inauditamente, disse em voz bem clara que não queria aquele casamento, não só porque ele era escandaloso mas também porque intuía que, com a promoção de Leonor Teles a rainha, o bando dos fidalgos, grandes proprietários de terras, grupo social a que ela pertencia, ganharia uma preponderância no reino, que não era vista com bons olhos. Leia-se Fernão Lopes: «os povos do reino, arrazoando em tais novas [as do casamento do rei], cada um em seus lugares, juntaram-se em magotes, como é usança, culpando muito os privados d’el-rei e os grandes da terra que lho consentiam; e que pois lho eles não diziam, como cumpria, que era bom que se juntassem os povos e o que fossem dizer. E entre os que se principalmente disto trabalharam, foram os da cidade de Lisboa, onde el-rei então estava, os quais falando nisto foram tanto por seu feito em diante que se firmaram todos, em conselho de lho dizer, elegendo logo por seu capitão e propor por eles, um alfaiate que se chamava Fernão Vasques, homem bem razoado e jeitoso para o dizer...”

Serrão, J. (1985). *O carácter social da revolução de 1383* (6.ª ed.). Lisboa: Livros Horizonte.



Cota: 94(469) VIE

[INFORMATIVO]

Com (Textos)

“Afim de se dar cobertura ao assassinato do Conde Andeiro foi decidido manipular a população lisboeta. Esta ideia de manipulação pertenceu a Álvaro Pais. Ela seria executada da seguinte forma:

Quando o Mestre pusesse em marca o plano, Gomes Freire, seu pajem, começaria a bradar dos Paços da rainha D. Leonor até à casa de Álvaro Pais, dizendo que acorressem ao mestre que o matavam. Então sairia Álvaro Pais com os seus como se fossem socorrê-lo convidando todos os que encontrassem nas ruas a secundá-los.

O Mestre de Avis acatando as ordens da rainha D. Leonor parte em direção ao Mestrado de Avis.

Não se sabe ao certo quais as razões da sua partida. Uns dizem que foi por dissimulação para assim o Conde Andeiro poder ser apanhado desprevenido. Outros afirmam que: 1.º Nem todos apoiavam a ideia do assassinato do Conde Andeiro porque as pessoas tinham medo da rainha D. Leonor e do apoio que ela teria do rei de Castela.”

Viegas, V. (1984). *Cronologia da Revolução de 1383- 1385*. Lisboa: Editorial Estampa.



Cota: 821-31 ECO

[FICÇÃO]

Com (Textos)

“Um estudioso descobre casualmente a tradução francesa de um manuscrito do século XIV: o autor é um monge Beneditino alemão, Adso de MelK, que narra, já em idade avançada, uma terrível e perturbante aventura da sua adolescência, vivida, quando era noviço, ao lado de um douto e subtil franciscano inglês, Guilherme de Baskerville de Occam e de Marsílio de Pádua. Estamos em 1327; o papa está em Avinhão, o imperador Luís o Bávaro desceu até à Itália com a intenção de entrar em Roma; a cristandade está dilacerada pela luta entre os dois Poderes, pelos movimentos de reforma espiritual, pelas heresias.

Numa importante abadia beneditina vão entretanto, reunir-se os teólogos de João XXII e os do imperador. Objeto da discussão, a pregação dos franciscanos, que chamam a Igreja de volta à pobreza evangélica e, implicitamente, à renúncia ao poder temporal, apoiados logicamente por Luís o Bávaro e combatidos pelo Pontífice.”

Eco, H. (1998). *O nome da rosa* (22.ª Ed.). Lisboa: Difel.



Cota: 821-311.6 GRE

[FICÇÃO]

Com (Textos)

“Herdeira da rosa vermelha de Lencastre, Margarida vê as suas ambições frustradas quando descobre que a mãe a quer enviar para um casamento sem amor no País de Gales. Casada com um homem que tem o dobro da sua idade, depressa enviúva, sendo mãe aos treze anos.

Margarida está determinada a transformar a sua vida solitária num triunfo. Decide fazer com que o seu filho suba ao trono da Inglaterra, sem olhar aos problemas que isso possa trazer a si, à Inglaterra e ao jovem rapaz. Ignorando herdeiros rivais e o poder desmedido da dinastia de Iorque, dá ao filho o nome de Henrique, como o rei, envia-o para o exílio, e propõe o seu casamento com a filha da sua inimiga, Isabel de Iorque. Acompanhando as alterações das correntes políticas, Margarida traça o seu próprio caminho com outro casamento sem amor, com alianças traiçoeiras e planos secretos.”

Gregory, P. (2011). *A rainha vermelha*. Porto: Civilização.



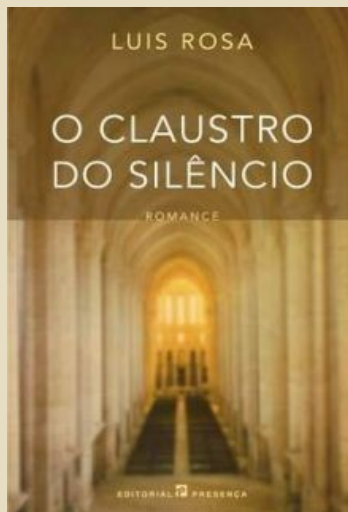
Cota: 821-311.6 QUE

[FICÇÃO]

Com (Textos)

“É justo que me apresente. O meu nome é Leonor Teles de Meneses, conhecida por Flor de Altura por aqueles que, feridos pelos meus cantos de sereia, ficaram presos na rede das minhas palavras e da minha beleza. Para as sombras justiceiras que me visitaram nos meus anos de prisão fui a Dama Maldita. Ainda mais cruéis e certeiras, asseguraram-me que ninguém me recordaria no futuro e que se o fizesse me contemplaria debaixo do estigma da desonra. Cumpriram-se os seus presságios. Certo é que fui adúltera, traí, intriguei e até manejei as adagas de outros... era esse o negócio das cortes. O meu rei e marido, D. Fernando I de Portugal, carecia de coragem e ambição. Justo o que sobrava ao meu amado João Fernandes, conde de Andeiro. Tive então que actuar por minha conta e risco e agora é altura de me justificar. Volto pois agora, para vos explicar o porquê do meu destino. Tudo me foi dado. Tudo me foi tirado. É hora da História me fazer justiça.”

Hierro, M. P. Q. (2006). *Eu, Leonor Teles: a dama maldita*. Lisboa: A Esfera dos Livros.



Cota: 821.134.3-311.6 ROS

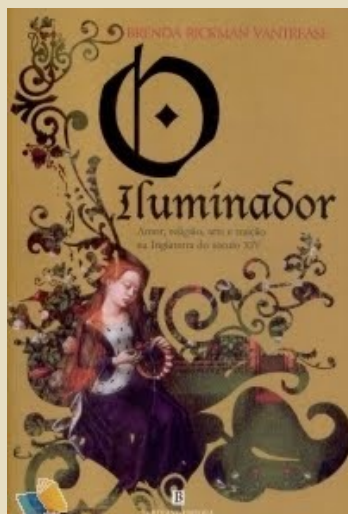
[FICÇÃO]

“Frei Elias sentou-se sobre a cabeça de um dos alões que sustentavam o túmulo de Inês, tranquilamente matando a fome, que lhe adoeceia o estômago, alheio a tudo o que o rodeava. Uma Lua grande entrava pela rosácea, tranquila na quietação serena, rindo, na boa paz dourada, das paixões dos homens. Frei João foi recolhendo os ossos, um a um, e colocando-os, de novo, dentro do túmulo. Juntou os livros e veio para junto de frei Elias. Reparou que, mais afastado, junto à porta da sacristia velha, ainda ficava um grande livro aberto. Foi por ele. Tinha por título Crónica de D. Pedro I, de Fernão Lopes. A primeira edição, certamente. Frei João leu, em voz audível, a página que estava aberta:

«Mandou fazer um muimento de alva pedra, todo mui subtilmente obrado, pondo elevada sobre a tampa de cima a imagem dela com coroa na cabeça, como se fora rainha; este muimento mandou pôr no Mosteiro de Alcobaça, não à entrada onde jazem os reis...”

Com (Textos)

Rosa, L.(2002). *O claustro do silêncio* (2.^a Ed.). Barcarena: Presença.



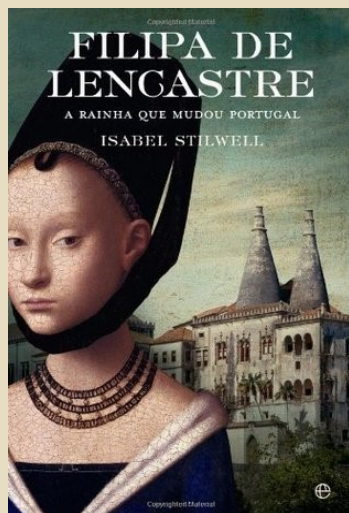
Cota: 821-311.6 VAN

[FICÇÃO]

Com (Textos)

“Embora tratando-se de uma obra de ficção, as personagens do bispo Henry Despenser, John Wycliffe, Julian de Norwich e John Ball constituem figuras históricas com as quais entremeei a vida dos meus protagonistas fictícios. Henry Despenser é mais bem recordado como o « bispo-guerreiro» devido à forma sanguinária e violenta como debelou a revolta dos Camponeses em 1381 e devido à campanha militar subsequente, que redundou em fracasso, contra o papa Clemente VII e levada a cabo durante o Grande Cisma do Ocidente que dividiu a Igreja Católica Romana. Também é recordado por ter feito a oferta de um retábulo de cinco painéis, conhecido por o retábulo de Despenser, à Catedral de Norwich como celebração do triunfo sangrento que obtivera na Revolta dos Camponeses. Mandara emoldurar o retábulo com as cotas de armas das famílias que o apoiaram neste massacre. Este retábulo pode hoje ser admirado na Capela de São Luke, na catedral de Norwich.”

Vantrease, B. R. (2005). *O iluminador* (22.ª Ed.). Lisboa: Bertrand.



Cota: 821.134.3- 311.6 STI

[FICÇÃO]

Com (Textos)

“Filipa de Portugal morreu de peste negra, tal como a sua mãe, a 15 de Julho de 1415. Com 55 anos. No dia 25 partiam de Lisboa 240 embarcações e um exército de 20 mil homens, entre os quais D. Duarte, o Infante D. Henrique e D. Pedro. A Praça de Ceuta caía cerca de um mês depois. D. Filipa não esperaria outra coisa dos seus filhos...Mulher de uma fé inabalável, conhecida pela sua generosidade, empreendedora e determinada a mudar os usos e costumes de uma corte tão diferente da sua, Filipa de Lencastre deu à luz, aos 29 anos, o primeiro dos seus oito filhos. A chamada Índita Geração, que um dia, como ela, partiria em busca de novos mundos e mudaria para sempre os destinos da nação.Frei John, o tutor já tinha previsto o seu destino nas estrelas. Nasceu Phillipa of Lancaster, filha primogénita de John of Gaunt, mas aos 29 anos deixou para trás a sua querida Inglaterra para se casar com D. João I de Portugal. A 11 de Fevereiro de 1387 o povo invadiu as ruas da cidade do Porto para aclamar carinhosamente D. Filipa de Lencastre, Rainha de Portugal.”

Stilwell, I. (2010). *Filipa de Lencastre: a rainha que mudou Portugal* (22.ª Ed.). Lisboa: A Esfera dos Livros.

Apoio curricular à disciplina de Português do Ensino Secundário

